

Parecer 93/98

Data: 1998.07.29

Processo nº 383

Requerente: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas -
Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

1. A Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, requereu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) emissão de parecer, ao abrigo do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), sobre a possibilidade de informar a requerente Maria de Lurdes Ruivo, proprietária de prédio rústico que identifica, informação sobre a inclusão desse mesmo prédio na candidatura às medidas Agro Ambientais de Maria Teresa Videira.
2. Esta Comissão tem competência para se pronunciar sobre a aplicação da LADA, nos termos dos artigos 15º, nº 2 e 20º, nº 1, alínea e), do diploma referido.
3. A LADA não regula a prestação de informação pela Administração Pública mas o acesso a documentos administrativos de acordo com o princípio geral previsto no artigo 7º, nº 1: “ Todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”. Por isso o acesso aos documentos administrativos é assegurado de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade (artigo 1º). Admitindo a LADA limitações ao princípio geral de acesso.

Assim os serviços devem localizar os documentos e torná-los acessíveis, mas, ao abrigo das disposições concretas da LADA, e com o entendimento que tem sido seguido pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), não

lhes cabe confirmar dados, ou reunir e compilar informações, a pedido.

No entanto, tem sido entendido na CADA que “quando um requerimento de acesso pode ser sem esforço reinterpretado como pretensão de acesso a documentos que revelem certo tipo de informações (...) nada obstará á sua satisfação, se a ela não obstarem razões legais.

O entendimento exposto tem pleno cabimento no presente processo, porquanto o dado em causa respeita a interesse relevante da proprietária do terreno rústico que pretende saber da inclusão ou não deste seu prédio na candidatura às Medidas Agro-Ambientais apresentada por terceira pessoa. A questão é, porém, saber em que termos pode ser dado o acesso à informação contida nos documentos em questão.

O processo de candidatura referido é apresentado ao abrigo de legislação específica, concretamente o Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas às medidas Agro Ambientais, que estabelece o regime de ajudas a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) nº 2078/92 do Conselho, de 30 de Junho, com a última redacção dada pelo Regulamento (CE) nº 2772/95, da Comissão, de 30 de Novembro.

Pelo que trata-se de ajudas que mais não são do que subsídios públicos, cujo regime jurídico é severamente dominado por peremptórios princípios de transparência, controlo e fiscalização, que urge implementar através das entidades competentes, por via da concreta aplicação das regras legais existentes, não se podendo falar de “reserva de intimidade” dos dados constantes de processo de candidatura de terceira pessoa a benefícios públicos, o que determina que se esteja fora do campo de aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 4º da LADA.

Acresce que mesmo que tais dados se considerassem como “pessoais” da candidata, apreciando-se como tal apenas a inclusão do prédio rústico no processo de candidatura, sobrepor-se-ia sempre o interesse “pessoal e directo” da

proprietária comprovada do terreno, no acesso aos dados por esta requeridos, já que os mesmos apenas a esta respeitam, e a esta pertencem, nos termos do artigo 8º da LADA.

Pelo exposto, a CADA emite o parecer de que a requerente Maria de Lurdes Ruivo tem direito de acesso à pretendida informação sobre se na candidatura às medidas Agro Ambientais de Maria Teresa Videira, foi declarado o prédio rústico que aquela requerente identifica.

Lisboa; 29 de Julho de 1998

Gameiro dos Santos (Relator) – *José Magalhães* - *Silva Marques* – *Narana Coissoró* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)